

ESTADO DE GOIÁS
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Revista de Direito

Publicação do Centro de Estudos

Marconi Ferreira Perillo Júnior
Governador do Estado de Goiás

Diogenes Mortoza da Cunha
Procurador-Geral do Estado

Luiz Carlos Duarte Mendes
Procurador-Chefe do Centro de Estudos

Diagramação e Arte-final:
M&A Comunicação - 62 211-3458

Coordenação Gráfica:
Editora Kelps - ISBN 86110
St. Marechal Rondon, nº 100
Fone: (62) 211-1616 - Fax: 211-1075
CEP 74560-460 - Goiânia - GO

CIP - Brasil - Catalogação na Fonte
BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL MARIETTA TELLES MACHADO

G553r Goiás. Procuradoria Geral do Estado
Revista de Direito / Procuradoria Geral do Estado.
Goiânia: Centro de Estudos, 2002.

266 p.; n. 22 p. 1-266
ISSN 0034-799X

1. Direito - Periódicos. Título. II Série

2003-27

CDU: 34(05)

IMPRESSO NO BRASIL Índice para catálogo sistemático
Printed in Brazil 2003

Abstracts: Adriano Gouveia Lima, Professor da Faculdade de Direito de Anápolis.

Revista de Direito

Expediente

DIRETOR

João Furtado de Mendonça Neto

EDITOR

Luiz Carlos Duarte Mendes

COMISSÃO EDITORIAL

Luiz Carlos Duarte Mendes
Cleuler Barbosa das Neves
Dr. Adão José Peixoto

REVISÃO

Waldineia Malheiros Ladislau

ILUSTRAÇÃO

Amaury Menezes

A Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado é uma publicação do Centro de Estudos. Toda correspondência deve ser dirigida à REVISTA DE DIREITO – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO – Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira Nº 26 – Goiânia – Goiás – CEP 74.003-010 – Endereço eletrônico: www.pge.go.gov.br – e-mail: revistadedireito@pge.go.gov.br

© CEJUR 2002 – Todos os direitos reservados. A reprodução ou tradução de qualquer parte desta publicação será permitida com a prévia permissão escrita do Editor, nos termos da Lei nº 9.610, de 20 de junho de 1998. Solicita-se permuta. Os conceitos emitidos em trabalhos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

EDITORIAL

EDITORIAL	
Luiz Carlos Duarte Mendes	7

DOCTRINA

AS AÇÕES AFIRMATIVAS NO DIREITO BRASILEIRO	
Roberta Fragoso de Medeiros Menezes	11
A QUESTÃO ATUAL DA INTOLERÂNCIA RELIGIOSA	
Weiler Jorge Cintra Júnior	35
OS SERVIDORES PÚBLICOS E A CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	
Antônio Flávio de Oliveira	59
DISTRIBUIÇÃO DO ICMS ENTRE OS MUNICÍPIOS	
Alberto Escher de Britto Guimarães	67
O PROCESSO ADMINISTRATIVO POR ILÍCITO PENAL	
Tomaz de Aquino Petraglia	75
A FLEXIBILIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO	
Luiz Henrique Sousa de Carvalho	95
BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O MANEJO DOS RECURSOS EXCEPCIONAIS NO STF E NO STJ	
Ronald Christian Alves Bicca	111
O ESTREITO LIAME ENTRE O MÉRITO E AS CONDIÇÕES DA AÇÃO	
Danielle Rios Monteiro de Deus	127
A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DO LIVRO ELETRÔNICO	
Rogério Antonio Rezende	137

A SEGURANÇA JURÍDICA NA ORDEM TRIBUTÁRIA Cláudio Drewes José de Siqueira	165
---	-----

O TETO REMUNERATÓRIO DAS APOSENTADORIAS NA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL Mheliza Mariani Mendes Loyola Rios Machado	175
---	-----

PARECERES

TRIBUTAÇÃO DA SOBRETAXA DE ENERGIA ELÉTRICA: ILEGALIDADE Jordi Machado	185
---	-----

MEDIÇÃO DE GÁS: OBRIGATORIEDADE INCONSTITUCIONAL Valeska de Oliveira Frazão	193
--	-----

DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA E USUCAPIÃO Alerte Martins de Jesus	201
--	-----

LEGISLAÇÃO

DECRETO Nº 5.501, DE 19 DE OUTUBRO DE 2001	207
--	-----

NOTAS E INFORMAÇÕES

CEJUR E APEG REALIZAM IV ENCONTRO DE PROCURADORES Waldineia Ladislau	249
---	-----

ESTADO DE GOIÁS - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO COMPOSIÇÃO 2002	257
---	-----

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS À REVISTA	263
---	-----

EDITORIAL

Luiz Carlos Duarte Mendes*

A Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado chega ao número 22, buscando cumprir as suas metas, entre as quais a de registrar a vida cultural e científica do órgão e assim traz um resumo das atividades realizadas no ano de 2002, um período fecundo e que marcou uma fase de transição no órgão. Foi o derradeiro ano de trabalho do Procurador Geral Diogenes Mortoza da Cunha, à frente da Procuradoria Geral do Estado, pessoa que sempre apoiou a publicação desta revista de divulgação doutrinária e científica, e a quem prestamos o nosso reconhecimento.

Nesta edição a Revista traz os artigos científicos e doutrinários produzidos pelos Procuradores de Estado e outros colaboradores. A Procuradora do Estado Roberta Fragoso de Medeiros Menezes toca em tema importante e que foi objeto de polêmica na prova de Direito Constitucional do 9º Concurso Público para o cargo de Procurador do Estado. Trata-se de estudo a respeito das ações afirmativas no Direito Brasileiro, em um trabalho abrangente e esclarecedor.

Outro trabalho de valor é o artigo do Procurador do Estado Weiler Jorge Cintra Júnior, que aborda a questão atual da intolerância religiosa, no Brasil e no mundo. Segundo o autor, este tema não ficou enterrado na Antiguidade, na Idade Média ou no século passado e ainda hoje existem grupos que se confrontam em nome da diferença de credo. Já o Professor e Procurador do Estado Antônio Flávio de Oliveira preferiu um tema relacionado com o dia a dia do servidor público e discorre a respeito do direito de associação dos servidores e a cobrança da contribuição sindical, assunto que ainda não encontrou uma solução adequada e definitiva em nosso meio.

O procurador do Estado Alberto Escher de Brito Guimarães escreve a respeito a distribuição do ICMS entre os municípios, tema que tem sido objeto de freqüentes questionamentos judiciais. Tomaz de Aquino Petraglia, Procurador do Estado com atuação na área fiscal, discorre a respeito do processo administrativo por ilícito penal, tema sempre atual e que envolve o exame da independência das

* Procurador do Estado de Goiás, professor da Faculdade de Direito de Anápolis e mestrando em Direito pela UFG.

instâncias administrativa e penal. Em outro artigo, o Procurador Luiz Henrique Souza de Carvalho trata da flexibilização das relações de trabalho no Brasil.

O nosso colega Ronald Christian Alves Bicca, Procurador-Chefe da Procuradoria do Estado no Distrito Federal traz considerações a respeito dos recursos Especial e Extraordinário, no STJ e no STF. Em outro trabalho de valor, a Gestora Pública Daniele Rios Monteiro de Deus apresenta um estudo de natureza processual, mostrando o entrelaçamento entre as condições da ação e o mérito da causa, no julgamento proferido quando do exame das condições da ação.

O bacharel em Direito Rogério Antônio Rezende, da Universidade Federal de Goiás, extensão da cidade de Goiás, traz um importante estudo abordando a imunidade tributária do livro eletrônico. Ainda entre os artigos doutrinários o trabalho do Procurador do Estado Cláudio Drewes José de Siqueira, que trata do princípio da segurança jurídica e sua aplicação na área tributária. Outro tema importante e que proporciona orientação à Administração Pública é objeto do trabalho apresentada pelo Procuradora Mheliza Mariani Mendes Loyola Rios Machado, que trata dos limites remuneratórios dos proventos da aposentadoria, de acordo com a Constituição Estadual.

A Revista traz ainda pareceres administrativos, assinado pelos Procuradores de Estado Jordi Machado, Valeska de Oliveira Frazão e Alerte Martins de Jesus e, na seção de Legislação, publica o Decreto 5.501, de 19 de outubro de 2.001, que trata do Regulamento do Procuradoria Geral do Estado.

O IV Encontro de Procuradores do Estado de Goiás, realizado na cidade de Pirenópolis, no mês de novembro de 2002, com a participação do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, e do Professor José Bezerra, da Universidade Federal de Goiás, foi objeto de reportagem assinada pela jornalista Waldineia Malheiros Ladislau, publicada na seção Notas e Informações. Ainda nesta seção estamos publicando a composição da Procuradoria Geral do Estado, em 2002, e as normas para publicação de artigos em nossa Revista de Direito.

DOCTRINA